

# QUEM TEM MEDO DE PAULO FREIRE?: REFLEXÕES SOBRE A LEI DA MORDAÇA

*Marcel Jardim Amaral<sup>51</sup>*

*Vilmar Alves Pereira<sup>52</sup>*

## Resumo

Sabe-se que o Brasil vem passando por acúmulos significativos de retrocessos, visto o desmonte da democracia com o autoritarismo do Estado. Lutar para a preservação de variadas conquistas já herdadas, requer sujeitos críticos e politizados capazes de compreender a atual conjuntura do país. A suposta “escola sem partido” através do conservadorismo, alastrou-se de tal forma, de que fazer críticas ao sistema capitalista e denunciar a opressão, tornou-se “doutrinação ideológica”. Neste artigo, busca-se refletir o efeito do desmonte a educação, inclusive dos ataques constantes a Paulo Freire, com a tentativa de desprofissionalização dos professores e a alienação dos educandos através da lei da mordaza. Após a reflexão deste estudo concluiu-se que os (as) educadores (as) não podem ser impedidos (as) de apresentarem sua visão de mundo, até por que expõem aos educandos outras referências, não se limitando as suas percepções construídas. Os (as) educandos (as) não são sujeitos incapazes de formar juízo sobre suas experiências no mundo e se adotado o modelo de escola sem partido corre-se o triste risco de transformar um espaço democrático de partilha dos conhecimentos em um tribunal pedagógico. Este artigo é originário de uma pesquisa teórica – bibliográfica, visto que em sua metodologia foram realizados levantamentos de referenciais

51 Assistente Social, Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Doutorando em Educação Ambiental (PPGEA/FURG), mestre em Educação (PPGEdu/FURG), especialista em Educação em Direitos Humanos (PPGEDH/FURG). Pesquisador do Grupo de Estudos sobre Fundamentos da Educação Ambiental e Popular – GEFEAP.

52 Professor, Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq – Nível 2. Pesquisador do Instituto de Educação/IE da FURG. Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental/PPGEA (FURG). Líder do Grupo de Estudos sobre Fundamentos da Educação Ambiental e Popular – GEFEAP.

teóricos e de artigos publicados em periódicos.

**Palavras-chave:** Paulo Freire, Educação, Escola sem partido.

## WHO'S AFRAID OF PAULO FREIRE? REFLECTIONS ON THE GAG LAW

### Abstract

It is known that Brazil has been going through significant accumulations of setbacks, given the dismantling of democracy with the authoritarianism of the State. Fighting for the preservation of various conquests already inherited, requires critical and politicized subjects capable of understanding the current conjuncture of the country. The supposed “school without a party” through conservatism, has spread to such an extent that criticizing the capitalist system and denouncing oppression has become “ideological indoctrination”. In this article, we seek to reflect the attempt to dismantle education, through constant attacks on Paulo Freire, with the attempt to deprofessionalize teachers and alienate students through the gag law. After reflecting on this study, it was concluded that educators cannot be prevented from presenting their worldview, even because they expose students to other references, not limited to their constructed perceptions. The students are not subjects incapable of forming a judgment about their experiences in the world and if adopted the school model without a party, there is a sad risk of transforming a democratic space for sharing knowledge into a pedagogical court. This article originates from a theoretical – bibliographic research, since in its methodology surveys of theoretical references and articles published in journals were carried out.

**Keywords:** Paulo Freire, Education, School without a party.

### Introdução

Nos últimos tempos, o cenário político brasileiro vem proporcionado muitos desafios para a classe popular. Em meio ao desmonte da democracia, teve-se por reflexo a violação de direitos de trabalhadores/as que foram realizados pelo contexto executivo e legislativo conservador. Neste sentido, os educadores/as do país foram inseridos em uma proposta nefasta da reforma do ensino médio e de uma perigosa privação de liberdade com o Movimento Organizado “escola sem partido” o que automaticamente faz-nos pensar sobre a fragilização de um ensino público e de qualidade, já que os educandos não podem ser pensados fora dessa trama.

No ano de 2016 o Congresso Nacional protagonizou um golpe institucional repleto de parceiros (judiciário, legislativo, executivo,

mídia, etc.), com a vergonhosa aprovação do impeachment de Dilma Vana Rousseff, primeira mulher presidenta da República que foi reeleita democraticamente pelo poder popular com mais de 54 milhões de votos pela legenda do Partido dos Trabalhadores (PT). Dourado lembra que “o processo de impeachment e seus desdobramentos vêm sendo entendidos por intelectuais como Golpe de Estado a partir de vários olhares que se inter cruzam” (DOURADO, 2017, p. 23); segundo ele “tal compreensão sinaliza para rebatimentos efetivos na democracia e no Estado de Direito do País”. Neste aspecto, em concordância com Gomes, os autores do respectivo artigo entendem que o impeachment pode ser interpretado como “um novo tipo de golpe de Estado no Brasil que foi desenvolvido em outros países da América Latina” (GOMES, 2017).

Foi neste exato contexto por “debaixo dos panos” que após o golpe já acima citado, Michel Temer assumiu a presidência da República sem quaisquer votos, onde mostrou a verdadeira face da execução do impeachment ao encaminhar para o Congresso Nacional um Projeto de Emenda Constitucional (PEC) que visa o congelamento de investimento na saúde, assistência e educação por vinte anos. De lá para cá, perseveramos vivenciando tempos temerosos, complicados e desonestos que trazem em seu contexto tentativas extremamente explícitas para deteriorar e danificar a jovem democracia do Brasil. Hoje, tornou-se liberdade de expressão o reacionarismo, a xenofobia, a lesbohomotransbifobia, as injúrias raciais, a misoginia, o machismo e o racismo que para muito além das Casas Legislativas, agora adentram com muita intensidade e impulsão as escolas, igrejas, unidades familiares e demais setores da sociedade. Não é por acaso que recentemente, um militar e deputado federal foi eleito pelo Partido Social Liberal (PSL) presidente do Brasil com 55,13% dos votos válidos. Este parlamentar é conhecido mundialmente, visto opor-se aos direitos das adjetivadas minorias sociais, além da perseguição e/ou não aceitação de Paulo Freire, adjetivando-o como “doutrinador” e acusando essas supostas minorias de “coitadismo/vitimismo”. Abreu (2011) destaca que as necessidades desta parcela da população, bem como o olhar sensível aos excluídos e discriminados acabam sendo atingidos “pela voracidade da ofensiva ideológica neoliberal, que tenta a todo custo suprimir qualquer perspectiva de classe contraposta à ordem do capital” (ABREU, 2011, p. 209).

Para que este “acúmulo de violações” e “contrarreformas” seja cada vez mais fortalecido, a escola passou a ser o centro das atenções, já que é um dos principais espaços que se proporciona a formação dos sujeitos. Com isso, o histórico posicionamento crítico dos educadores populares frente a implementação do projeto neoliberal no Brasil, o incentivo do respeito ao outro e a defesa intransigente dos direitos humanos, confundiu-se de forma intencional como uma possibilidade de educadores/as praticarem “doutrinação política e ideológica” entrelaçando a execução das atividades do magistério com a fragilização “da vida, da moral e dos bons costumes”. Para Frigotto não foi mera

coincidência que “mais de 90% dos parlamentares que votaram pela abertura do processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em vez de justificarem a razão de seu voto, invocassem Deus, a família e a pátria” (FRIGOTTO, 2017, p. 22). Neste contexto; na atual conjuntura política do país, podemos nos inspirar em Paulo Freire ao refletir sobre o golpe de estado que “tantos anos depois e cada vez mais convencido do quanto devemos lutar para que nunca mais em nome da liberdade, da democracia, da ética, do respeito à coisa pública, vivamos de novo a negação da liberdade, o ultraje à democracia” (FREIRE, 2016a, p. 86).

Na atualidade, a oposição influenciada por tendências conservadoras neoliberais e/ou liberal oculta o respeito à diversidade, estereotipando a criticidade em sala de aula como uma afronta aos valores religiosos e também a suposta família tradicional brasileira. Com essa naturalização, cresce um segmento de extrema-direita que se contrapõe às contribuições de Paulo Freire para uma “educação como prática da liberdade”, bem como o incentivo “por uma pedagogia da pergunta”. Neste sentido, frases de efeito como: “chega de doutrinação marxista nas escolas” ou “basta de Paulo Freire”, remete-nos a um preocupante e devastador desmoronamento da conscientização dos sujeitos, bem como a repressão a aqueles que se insurgem contra os retrocessos e lutam diante a tentativa de uma alienação meritocrática, bem como a um ensino sem qualidade, integralmente tecnicista e robótico. Nestas circunstâncias até aqui vivenciadas, de forma anacrônica; uma iniciativa dita como “popular” visou desgastar educadores/as populares e demais não pertencentes a esta linha, com a solicitação de neoconservadores ao Senado, no que tange a retirada do título de patrono da educação brasileira ao educador Paulo Freire. Inúmeros vídeos nas redes sociais e em especial no Youtube, divulgados em grande maioria por canais ditos “cristãos”, crucificaram a classe docente, Paulo Freire e o Ministério da Educação (MEC), pela suposta ineficiência do sistema de ensino brasileiro, avaliada por um “ranking” de educação mundial. Também, se não cômico e trágico, é o tratamento verbal pela oposição que é dado a Paulo Freire; pois não são poucos os adjetivos atribuídos ao patrono da educação no Brasil, como por exemplo: vigarista, doutrinador, fundador de analfabetismo funcional, o patrono do pau oco, assassino da educação, etc. Se focarmos mais recentemente, podemos destacar a organização do livro denominado “Desconstruindo Paulo Freire” que reúne diversos pesquisadores que visam à difamação do patrono e de suas obras. Para além dos adjetivos, o que causa estranheza é a forma violenta com que a discussão em torno de ideias é exposta ao leitor, seja desta obra acima citada ou de grande parte da oposição a Freire, visto que a disputa de campo teórico sempre foi até então extremamente normal, corriqueira, saudável, democrática e racional. Para Cappel (2009, p. 29) “a violência representa uma maneira específica de lidar com um conflito. Uma forma em que o ‘outro’, considerado negativamente e de maneira hostil, precisa ser anulado, excluído e, se for o caso, eliminado”.

É quase inexplicável o ódio que vem difundindo-se a um dos poucos autores brasileiros reconhecidos e admirados mundialmente, o que faz-nos crer que há um determinado “medo que paira no ar” sobre as ideias de Paulo Freire, em especial em tempos atualmente vividos. Porém, quem são aqueles que sempre tiveram medo de Paulo Freire? Por que as agressões são tão constantes a este intelectual? Qual a necessidade da criação de uma lei que visa o silenciamento dos educadores e educadoras sobre a realidade do país? Nesta reflexão, o presente artigo visará traçar tímida biografia de vida do patrono da educação no Brasil, para fazer breve elo de quem tinha medo no passado deste e de quem tem medo na contemporaneidade, bem como debater sobre a verdadeira face do movimento/projeto “Escola sem Partido” e seus simpatizantes, propondo ao término uma possível solução para o debate com a oposição. A pesquisa bibliográfica compreenderá as fases deste artigo haja visto que, sua metodologia foi realizada “a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de ‘web sites’ trazendo “informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta” (FONSECA, 2002, p. 32).

### **O perigoso e subversivo patrono da educação brasileira**

Pouco antes do dia 2 de maio do ano de 1997, na cidade de São Paulo, data esta em que Paulo Freire foi a óbito vítima de enfarte agudo, o jornalista e escritor Edney Silvestre teria o indagado sobre como ele gostaria de ser lembrado pelos brasileiros (as) e leitores (as) do mundo inteiro. Na ocasião, Freire teria se surpreendido com a pergunta realizada, confessou nunca ter refletido a respeito e diante o desafio relatou que “gostaria de ser lembrado como um sujeito que amou profundamente o mundo e as pessoas, os bichos, as árvores, as águas, a vida” (FREIRE, 2016b, p. 399). Esta resposta, proferida pelo patrono da educação brasileira, deu-se de forma espontânea na medida em que, emocionado projetou sua própria imagem pós a morte, declarando de forma poética para si mesmo como gostaria de ser valorado, porém; para além de sua biografia e literatura, a ideia no imaginário social, mesmo que, sendo Paulo Freire, muita das vezes escorre do desejo de qualquer indivíduo. Apesar das polêmicas, por vezes tão desprovidas de sentido, é inegável que através das próprias vivências e dos “fenômenos” que até hoje o envolvem, a concepção de que este conseguiu dar gêneses a sua própria epistemologia, incentivando os/as leitores/as do mundo inteiro a reinventá-lo.

Nascido e criado no município de Recife em 19 de setembro do ano de 1921, filho de Joaquim e de Edeltrudes, sabe-se que Paulo foi o quarto e o último filho do casal; bem como de que na unidade familiar viveu momentos de extrema pobreza no decorrer de sua infância e adolescência no município de Jaboatão no estado de Pernambuco. Em 1943 na juventude, sofreu bastante de tuberculose, o que lhe dispensou de



servir a Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Itália para a Segunda Guerra Mundial. Graduado em Direito pela Faculdade de Direito do Recife, nunca defendeu qualquer causa judicial, foi professor de língua portuguesa no Educandário Colégio Oswaldo Cruz e posteriormente lecionou em outras instituições de ensino, desenvolvendo sua vocação ao magistério. Em 1947 no Serviço Social da Indústria (SESI) atuou no Setor de Educação e Cultura onde se aproximou da possibilidade de uma Educação Popular e da alfabetização de adultos. No mesmo ano foi convidado para ser membro do corpo docente no ensino superior através da Escola de Serviço Social, onde o olhar aos oprimidos passou a ser mais aguçado. Em 1950, esteve também educador na Escola de Belas Artes da Universidade de Recife e em 1961 atuou docente na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da mesma universidade. Através de seu método em 1963 no município de Angicos do estado de Rio Grande do Norte, teve notável experiência pedagógica, onde aproximadamente trezentos operários rurais foram alfabetizados em apenas quarenta horas (ZITKOSKI, 2006, p. 91).

Investigar, tematizar e problematizar foram às palavras-chaves para que Freire pudesse obter sucesso pedagógico, bem como entrelaçar a educação e a sociedade de forma tão essencial para a dimensão do saber também dos adultos. João Goulart deu origem ao plano nacional de alfabetização sob a coordenação da Comissão de Cultura Popular (CCP) que presidida por Paulo Freire buscou propalar pelo Brasil este método. Como já fora relatado acima por Zitkoski (2006), Freire trazia experiências latentes de sua execução através do Movimento de Cultura Popular (MPC) em diversos municípios e regiões, além de ter sido propagado pela União Nacional dos Estudantes (UNE) através do Centro Popular de Cultura (CPC), onde se projetava que o método haveria de se expandir com sucesso por todo o país; porém essas experiências foram fragilizadas pelo golpe militar de 1964. Pode-se afirmar que intelectuais como Paulo Freire caracterizaram e fortaleceram a Educação Popular impulsionando a promoção e a propagação de experiências que foram entrelaçadas entre a alfabetização e a cultura popular. Para Fávero, educadores inseridos neste cenário “acreditavam, sobretudo que por diferença ou por oposição, reinventavam ideias e propunham novas práticas” (FÁVERO, 1983, p. 7).

Estas relações aferradas com princípios de solidariedade, utopia, esperança e comprometimento com os “esfarrapados” que Freire propaga; tem suas raízes dentro da concepção político-pedagógica da Educação Popular que se consolidou desde 1950 em toda a América Latina. Esta epistemologia se deu através da busca por caminhos alternativos contrapondo o modelo educacional desde lá adotado, onde através das vivências com os intelectuais parceiros dos diferentes e dos movimentos sociais populares, visavam através das experiências conjuntas desencadear iniciativas de uma educação voltada ao povo, para o povo e com ele. Através da influência de pensadores progressistas como (Marx, Lênin, Gramsci, etc.) e de intelectuais cristãos pertencentes à teologia

da libertação, traziam em seu bojo a intencionalidade de contribuir com que a educação proporcionasse aos sujeitos a conscientização e/ou visão crítica das relações no mundo. Podemos afirmar então que esta educação “acompanha, apoia e inspira ações de transformação social. Nela o processo educativo se dá na ação de mudar padrões de conduta, modos de vida, atitudes e reações sociais” (WERTHEIN, 1985, p. 22).

Para Arroyo o patrono da educação no Brasil, subsidiou a hermenêutica do fazer pedagógico, visto que ele “nos coloca o saber sobre nós como a questão, como o problema pedagógico. Nós mesmos, nossa condição humana como problema” (ARROYO, 2002, p. 240). E é exatamente neste processo que Freire desperta no Estado a necessidade de a escola contribuir com a humanização dos sujeitos através das instituições de educação, o que não agradou e causou a ira de grande parte da elite no país, visto que “aí Paulo situa toda a tarefa pedagógica: contribuir com a humanização. Este é o sentido do fazer educativo. Este é o sentido de tantas renúncias feitas pela infância, adolescência e juventude popular para permanecer na escola, para dividir tempos de escola e de trabalho” (ARROYO, 2002, p. 240).

A norte-americana bell hooks destaca que “a obra de Freire, em seu entendimento global das lutas de libertação, sempre enfatiza que este é o importante estágio inicial da transformação – aquele momento histórico em que começamos a pensar criticamente sobre nós mesmos”. Afirmar ainda que, este processo gera nos sujeitos a “identidade diante das nossas circunstâncias políticas” sendo este um dos conceitos da obra de Paulo Freire “que frequentemente é mal compreendido” (hooks, 2017, p. 67), muito embora que “nós, seres humanos, não só somos seres inacabados e incompletos, como temos consciência disso. Por isso, precisamos aprender “com”. Aprendemos “com” por que precisamos do outro, fazemo-nos na relação com o outro, mediados pelo mundo, pela realidade em que vivemos” (GADOTTI, 2005, p. 48).

Como de praxe com os educadores populares, Freire foi alvo dos militares, com o golpe de 1964 diante a clara eficiência da alfabetização que incluiu a consciência política, onde foi preso, questionado, humilhado e perseguido durante o período da ditadura; exilado e adjetivado criminoso por projetar uma pedagogia crítica para todos os brasileiros. Mesmo assim, sempre colocou a educação no “centro dessas tensões” (GOMES, 2017). Para a autora, o perigoso e subversivo patrono da educação brasileira, conseguiu enxergar muito além da repressão, ou seja, através dos movimentos de rebelião e dos protestos provocados mundialmente pelo poder popular “Paulo Freire percebia manifestações de humanização, busca de emancipação, de um compromisso ético do mundo com o grupo dos oprimidos” (GOMES, 2017, p. 45). A autora sustenta ainda que “há, na obra de Paulo Freire, a utopia enquanto busca, enquanto algo realizável que luta para se realizar no presente, mapeando com prudência os caminhos possíveis dentro de um campo de possibilidades” (GOMES, 2017, p. 45). Podemos afirmar que, para além da escrita de algumas obras, o exílio lhe proporcionou peregrinar

pelos mais diversos países, entre Bolívia, Chile, etc., onde em 1969 se destacou pela forte atuação como professor convidado nos Estados Unidos da Universidade de Harvard; bem como foi consultor especial do Departamento de Educação do Conselho Mundial das Igrejas na Suíça que por ventura o fez viajar incansavelmente a países do chamado terceiro mundo contribuindo com os planos de educação de diversos continentes. Reestabelecida no ano de 1980 a eleição direta no Brasil, Freire retornou ao país com o objetivo de reaprender a democracia, bem como as vivências de um povo marcado pela exclusão racial e social, dialogando com os movimentos sociais populares em busca de uma pedagogia dos sonhos possíveis. Nesta nova conjuntura em 1988 quando Luiza Erundina, primeira mulher eleita prefeita do município de São Paulo através da legenda do PT assumiu o cargo, nomeou Paulo Freire em 1989 como Secretário Municipal de Educação; onde o mesmo defendia um programa revolucionário de educação cidadã.

Homem de fala mansa e revolucionária, acreditava que as “cartilhas” não condiziam por completo com o que a educação e a sociedade necessitavam, transpassando então a ideia de “repetição ao imposto” e apostando em uma educação como prática da liberdade. Além disso, frisava a visão de que a educação deveria se basear na consciência da realidade vivida pelos educandos ao invés de resumir-se a ensinar letras, frases ou palavras de forma tecnicista e “que não apelasse para memorização mecânica dos conteúdos transferidos, mas em que o ensinar e o aprender fossem partes inseparáveis de um mesmo processo, o de conhecer”. (FREIRE, 1994, p. 140). Diante dessa breve trajetória podemos alegar que “só dessa forma se desenvolve uma cultura propriamente proletária ou, como gosta de afirmar Paulo Freire de homens num processo permanente de libertação” (SOUZA, 1987, p. 125).

Homenageado com mais de quarenta títulos de Doutor Honoris Causa em todo o mundo, no ano de 2003 nos grupos e/ou movimentos populares, visando à construção da Política Nacional de Educação Popular em Saúde, para o fortalecimento da qualidade de vida dos sujeitos, foram criadas as denominadas “Tendas Paulo Freire”. Estas tendas além de referenciá-lo, visam à solidariedade e a reflexão dos diversos temas voltados à saúde com oficinas e rodas de conversa através dos Círculos de Cultura em seminários, eventos, etc. Já em 2009 o então ministro da educação Fernando Haddad criava o Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica, tendo por intenção contribuir com o corpo docente do país inteiro, nominando a plataforma com o nome “Paulo Freire” fazendo menção e honra a trajetória do educador. Em 2012 se tornou patrono da educação brasileira através da lei 12.612 decretada e sancionada na data de 13 de abril do respectivo ano pela então presidenta Dilma Vana Rousseff.

Vale destacar também que o patrono da educação no Brasil não recebeu mais nove títulos de Doutor Honoris Causa devido doença e/ou morte. Também, foi presenteado por mais de quinze cidades com o título de cidadão honorário e contemplado com cinco prêmios



dentro e fora do país. Bem como, até hoje seu nome é homenageado através de titulação de estabelecimentos de ensino desde a rede básica ao superior, nos mais diversos diretórios acadêmicos, teatros, salas, emissoras de televisão, revistas, ruas, praças, avenidas, associações, movimentos sociais, bibliotecas, cátedras, centros de pesquisas e bolsas de financiamentos pelo mundo inteiro, além de monumentos, medalhas e condecorações. Ademais, foram mais de vinte livros de sua autoria, traduzidos em diversos idiomas, bem como mais de quinze obras diálogos/parcerias com outros autores. Nesta perspectiva, acreditamos que ninguém precise defendê-lo, visto que o educador pernambucano se defende por si próprio, além disso, seu legado intelectual e sua trajetória são transformados diuturnamente com as consecutivas releituras de sua obra, bem como os novos significados que lhe são atribuídos por educadores (as) populares e demais segmentos teóricos que não compactuam com a neutralidade positivista.

### **A pedagogia do opressor: um convite à unidade na diversidade?**

Se para hooks (2017, p. 56) que se embasa em uma pedagogia transformadora de caráter freiriano seja necessário “fazer da sala de aula um contexto democrático onde todos sintam a responsabilidade de contribuir”, para os opositores de Freire além de piada, esta possibilidade é sinônima de atraso educacional ao formar supostos imbecis úteis, alienados e analfabetos funcionais. Sabe-se que mínimas práticas compreendidas e julgadas como freirianas, vêm deixando os neoliberais com “os nervos à flor da pele”, desde a imagem física de uma sala de aula onde o educador e os educandos se sentam em círculo ao invés de fileiras, até a concepção de educação bancária criada por Freire em seu livro denominado “Pedagogia do Oprimido”, que para o filósofo e teólogo Balduino Antonio Andreola é sem dúvidas “o mais importante de Paulo Freire e expressão maior de sua pedagogia da libertação” (ANDREOLA, 2013, p. 121). Para ele “a realidade da opressão, na América Latina e no mundo, assume tantas formas, todas igualmente cruéis e desumanizantes que podemos considerá-la um fenômeno mundial e cósmico até” (ANDREOLA, 2013, p. 122). Aliás, precisamos destacar que o ano de 2018 não foi muito propício para que os progressistas comemorassem os cinquenta anos da Pedagogia do Oprimido, pois vivenciaram e analisam ainda, as estratégias devastadoras da pedagogia do opressor, sendo uma destas, a tentativa da implementação da “escola sem partido”.

Segundo os defensores deste lamentável projeto, o sistema educacional brasileiro está falido, as instituições de ensino estão infiltradas nas teorias de Paulo Freire e os educadores/as que são pagos por empresas ou pelo próprio Estado para depositar conteúdo em seus alunos, estariam usufruindo deste tempo para “ensinar política” ao invés da disciplina no qual estão aptos. Todavia, é necessário com que

os alunos da rede básica sofram uma profunda inovação no ensino, já que as últimas gerações estão vítimas de Paulo Freire, mesmo que nunca tenham ouvido falar deste. Estes críticos alegam, por exemplo, que ao chegarem ao ensino superior, os acadêmicos são nitidamente analfabetos, visto que, toda a formação adquirida na educação básica era estruturada, segundo eles, pela metodologia de Paulo Freire com o intuito de implantar o socialismo afim de que os brasileiros se tornassem subversivos. Para, além disso, acreditam piamente que o modelo educacional brasileiro é violentado por uma imposição de escola igualitária com políticas públicas que respeite as diferenças e com um suposto corpo docente que incentive os educandos a conscientização individual e coletiva. Neste contexto, a resposta para todas as problemáticas da educação no Brasil, haverá de ser dada com a implementação de uma escola hierárquica, onde a mercantilização e influência do setor privado nas instituições de ensino seja explanada e executada, além do incentivo de tendências veladamente fascistas remetendo-nos a supostas inspirações com a sociedade ocidental e seu capitalismo; visando por que não a uma personalidade autoritária?

Os supostos críticos abominam a concepção da busca pelo “ser mais” e idolatram o “ter mais”. Para eles, a colocação professor/aluno foi relativizada desde os termos educador/educando; tornando com que o ensino brasileiro sofresse na contemporaneidade de um suposto “censo comum invertido”. Ou seja, para este grupo, denunciar a ordem burguesa aparentemente imposta e expor a estrutura capitalista com a pedagogia dialético crítica, trata-se de oportunismo, já que contrapõe a “verdade”, com as sugestões de ideias incutidas com a modificação do senso comum. Neste aspecto, partimos da ideia de que para a oposição de Freire, o conhecimento não é construído, mas sim descoberto. Contrapondo a concepção de que “[...] os sujeitos precisam tomar em suas mãos a história de construção das suas caminhadas em direção ‘ao ser mais’ [...]” (PALUDO, 2001, p. 95) podemos dizer que o “empreendimento educacional necessário ao projeto fatalista constitui-se em um processo político-pedagógico social que atinge o campo da educação formal, molda os meios de comunicação de massas e permeia estruturas informais das mais diversas naturezas” (OLIVEIRA, 2016, p. 115). A meritocracia e o empoderamento são as palavras-chave das últimas décadas, para que os sujeitos possam alcançar resultados significativos e de sucesso, o futuro destes está atrelado ao treinamento, bem como às grandes equipes e lideranças empreendedoras, onde o individualismo é capaz de proporcionar abundância e vida épica, além da produtividade na prática.

Hooks lembra que “cuidar para que todos os alunos cumpram sua responsabilidade de contribuir para o aprendizado na sala de aula não é uma abordagem comum no sistema que Freire chamou de educação bancária”, tornando-os segundo a mesma “meros consumidores passivos” (2017, p. 57). Já os perseguidores de Freire aduzem que se trata de injustiça atribuir ao banco uma concepção negativa, visto que

nenhum cidadão reclama de quaisquer depósitos, aliás, o patrono da educação brasileira já é passado e sua mentalidade não condiz mais com o mundo contemporâneo. Este encalço cotidiano dá-se por que a “concepção bancária nega a dialogicidade como essência da educação e se faz antidialógica” (FREIRE, 1987, p. 39). Para eles – qualquer depósito é válido, inclusive o pedagógico, onde a conta bancária metaforicamente é a memória do aluno, e este seria o grande potencial da sala de aula: a vocação do professor de depositar conteúdos onde, automaticamente passa a proporcionar com que o aluno ganhe a transferência da sabedoria em uma conta até então supostamente vazia, sem valor e “no vermelho”. Além disso, segundo os mesmos, Paulo Freire não teve qualquer contribuição à educação brasileira se não a multiplicação de apologias comunistas e socialistas, para a tentativa de implementação do marxismo cultural que até hoje, assola e assombra as instituições de ensino do país, através das supostas problemáticas intelectuais do patrono, que nada mais confirmam sua extrema reputação didática que é sinônima do desestímulo a conquista dos cidadãos para a obtenção de conhecimento.

Neste contexto é incompatível projetar qualquer aprendizado sem vinculá-lo com a possibilidade de o aluno aprender de forma com que decore e repita os conteúdos para a memorização, transmitida e depositada a estes pelo corpo docente, visto que qualquer reflexão e/ou método proposto por Paulo Freire não funciona na prática. Estes, não compreendem que “o conhecimento não é, desta forma, algo que o educador doe ao educando, mas é algo que se constrói e reconstrói, permanentemente, através da pesquisa e da relação dialógica estabelecida e continuamente renovada entre ambos” (PALUDO, 2001, p. 93). Portanto, insistem, em idolatrar e justificar a suposta ineficiência de Freire com os baixos índices educacionais do Brasil nos exames internacionais, onde o país não ocupa um local de destaque significativo na lógica neoliberal, alegam que a culpa é do patrono e destacam um suposto “assassinato da educação” nos últimos cinquenta anos. Por outro lado, é necessário lembrar que no período pós-ditadura, o MEC possuiu de ministros com epistemologias próximas e/ou atravessadas ao pensamento de Freire apenas nos últimos dez anos, o que o faz não ser responsabilizado por este suposto índice. Vale destacar aqui também, que a tática de revogação do decreto que o institui patrono da educação no Brasil, é defendida com unhas e dentes pelo mesmo grupo da tentativa de implementação do projeto da lei da mordaza, que denuncia uma suposta politização partidária no cotidiano pedagógico, caracterizando uma nefasta deturpação do pensamento do pernambucano que é o terceiro intelectual mais citado no mundo. É público e notório a compreensão de que a importância de Paulo Freire para a educação brasileira “merece, inclusive, destaque, na direção contrária do que vem sendo ressaltado de forma reiterada e estereotipada pelo movimento Escola sem Partido, que o apresenta como referência nociva a ser “varrida” das escolas” (MATTOS et al., 2017, p. 96).

Para Freire, as indagações que devem permear o diálogo freiriano sempre haverão de estar em torno das palavras: “Quê? Por quê? Como? Para quê? Por quem? Para quem? Contra quê? Contra quem? A favor de quem? A favor de quê?” (FREIRE, 2017, p. 292), sendo válido ressaltar que “precisamos também saber o quê, por quê, para que estamos aprendendo” (GADOTTI, 2008, p. 95). Se por um lado a “escola sem partido” é apoiada por pais, e alunos que não tem acesso à lei e tão pouco a compreendem, nem trazem a consciência de estarem sendo usados por interesses que fogem de sua alçada, por outro lado, existem docentes, discentes, religiosos, políticos e pais/mães voltados a ideias ultraconservadoras e a culpabilização de Freire e de progressistas de forma nada ingênua. Sendo assim, é justamente por esta razão que a intencionalidade deste projeto, nos obriga a estudá-lo, mesmo que no século XXI. Tendo em vista que se caso implementado, este projeto haverá de incentivar com que os oprimidos mudem sua mentalidade evidenciando a sua própria culpabilização pela situação em que se encontram e não mais identifiquem a questão estrutural que historicamente os oprime.

Há pouco tempo, um advogado que se titula criador e coordenador do então movimento social relata em entrevistas corriqueiras ter ficado assustado com a doutrinação que seus próprios filhos estavam sofrendo na escola, onde buscou distribuir alguns panfletos contrários a doutrinação em frente à instituição educacional, visando precaver com que outros (as) alunos (as) não passassem pela mesma tragédia de sua unidade familiar. Neste sentido, este projeto surgiu da necessidade levantada pelo movimento social “escola sem partido”, que segundo seus membros ativistas, foi fundado pelo clamor de pais/mães e estudantes repletos de boa índole, que estariam visando salvar crianças e jovens da doutrinação marxista nas escolas. Esta suposta doutrinação, segundo o movimento social acima citado, foi e está sendo responsável pela formação sexual e política nas instituições de ensino, fazendo com que o corpo docente forme sujeitos esquerdistas e sexualmente frustrados, haja vista, as ideias que constantemente são depositadas pelo corpo docente aos discentes desde a educação básica. Partindo desse viés, a contaminação político-ideológica nas escolas do Brasil é desde sempre influenciada por um exército de sindicalistas que usufruem e se prevalecem de seu poder como professor na sala de aula, para que as gerações recebam uma visão “crítica da realidade” incentivando-os a subversão e ao enfrentamento da moral e bons costumes.

Diante clara problemática, foi necessário com que este movimento social que não pertence e/ou possui segundo eles; qualquer vinculação política partidária organizasse-se e posteriormente solicitasse que “deputados” parceiros da neutralidade e isentos de qualquer “posição ideológica” criassem este projeto visando o fortalecimento da educação no viés bancário – para eles positiva; bem como livres do assassino da educação que estes denominam por Paulo Freire. Nesta conjuntura, na data de 13 de maio ano de 2014 um deputado federal

pelo (PSL) – filho do atual presidente do Brasil foi o primeiro parlamentar influenciado pelo criador do movimento “escola sem partido” a apresentar o Projeto de Lei (PL) denominado “Programa Escola sem Partido” no estado do Rio de Janeiro – RJ. Em seguida, foi à vez do irmão do deputado também do RJ pelo partido de extrema direita PSL, apresentar o segundo PL com o mesmo objetivo, porém este voltado ao município do qual é legislador.

No contexto até aqui apresentado, a professora Eveline Bertino Algebaile destaca uma entre várias contradições existentes na trajetória da formação do projeto de lei, ao denunciar à ambiguidade que vem sido a vinculação de parlamentares que se titulam “apoiadores” e não “membros da escola sem partido”, o que a faz refletir sobre as artimanhas usadas. Visto que; ao apresentarem estes projetos, estes parlamentares se mostram vinculados a organização do movimento escola sem partido, dando sustentação parlamentar “por meio do qual é ampliada sua militância sistemática em favor das bandeiras do Escola sem Partido. Todavia, no site, tais parlamentares tendem a figurar mais como apoiadores do que como membros permanentes da organização” (ALGEBAILLE, 2017, p. 65).

Com a proliferação do conservadorismo, o projeto passou a ganhar visibilidade em todo o país, como por exemplo, com o PL 867/2015 proposto por um deputado do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e mais recentemente no Senado por um senador que é pastor evangélico do Partido da República (PR) com o PL 193/2018 que como se não bastasse, incluiu ainda, a proibição de discussões relacionadas a gênero nas escolas. Penna destaca que esta forma de fazer política, visa causar tabus desnecessários, injetando certo veneno na mentalidade dos cidadãos, já que alegam que essas discussões se tratam de uma “ideologia antifamília, uma tentativa de transformar os jovens em gays e lésbicas, um ataque à família” (PENNA, 2017, p. 45). Ele explica que, embora as questões de gênero visem “desconstruir desigualdades, homofobia, machismo e coisas assim”; eles – os reacionários “insistem” em pregar esta discussão como “uma ideologia contra a família”.

Na mesma concepção Frei Betto, lembra que esta é a “velha artimanha da direita: já que não convém mudar a realidade, pode-se acobertá-la com palavras”. Bem como de que “não se saiba que a desigualdade social decorre da opressão sistêmica; a riqueza, do empobrecimento alheio; a homofobia, do machismo exacerbado; a leitura fundamentalista da Bíblia da miopia que lê o texto fora do contexto” (BETTO, 2016, p. 67). Este processo, seria menos preocupante se as diversas câmeras de vereadores espalhadas pelo Brasil inteiro, não estivessem também de forma tão expressiva conchavadas com a extrema-direita, discutindo e/ou aprovando projetos iguais ou semelhantes, provocando muitos ruídos em educadores (as) e demais profissionais das ciências humanas e outras áreas, visto que, visam proibir e amordaçar, profissionais da educação de dialogar sobre assuntos que “se



referem às desigualdades de gênero, raça, sexualidade e a outras questões de direitos humanos” (CARREIRA, 2016, p. 127- 128). De lá para cá, o movimento social supostamente sem viés ideológico e neutro recebera apoio de inúmeros parlamentares e partidos políticos coincidentemente conservadores, onde a escola estaria no banco dos réus e o corpo docente fosse membro de uma facção extremamente criminosa. Para julgá-lo é de muita naturalidade a necessidade de censura e mordida, onde a liberdade de expressão seja sinônima do silenciamento destes profissionais em sala de aula, bem como de que a condenação seja feita por critérios subjetivos; o que os remete imediatamente a contrariedade da constituição brasileira e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Queremos dizer com isso que, com a aprovação do respectivo programa, os professores passariam a ser monitorados inclusive pelos discentes em sala de aula, tendo também as unidades familiares inseridas dentro da prática profissional, por vezes sem formação na área, com participação manipulada na matriz curricular e o Plano Político Pedagógico (PPP), tornando a presença da comunidade escolar por vezes invasiva, visto que esta pode estar sendo bruscamente alienada. Paulo Freire, destaca que esta possibilidade é uma das principais características de qualquer processo/ação antidialógico, visto que através dessas tentativas de manipulação que “as elites dominadoras vão tentando conformar as massas populares a seus objetivos. E quanto mais imaturas, politicamente, estejam elas (rurais ou urbanas), tanto mais facilmente se deixam manipular pelas elites dominadoras que não podem querer que se esgote seu poder” (FREIRE, 1987, p. 83). Para Celso Rui Beisiegel desde sempre a desigualdade na educação é latente, muito embora suas expressões malévolas não sejam mais tão visíveis como no século passado; onde “as desigualdades na educação escolar, expressões quase inevitáveis das desigualdades sociais, somente mudaram as formas de sua manifestação” (BEISIEGEL, 2018, p. 11-12). Sendo uma dessas formas diferentes de manifestação, o projeto proposto pelo movimento social apresenta-se a sociedade de maneira sedutora e próxima ao senso comum, visto que a escola sem partido é estereotipada de forma populista como aquela que apenas visa à conscientização e informação que os estudantes precisam obter, caso sintam-se “ameaçados” pelos professores ideologicamente. Além disso, segundo os mesmos, o projeto se trata apenas da implementação de um simples cartaz nas salas de aula da educação básica que expõe as obrigações e os deveres que professores haverão de ter. Esta articulação se trata de uma concepção que ao implicar uma prática “somente pode interessar aos opressores, que estarão tão mais em paz, quanto mais adequados estejam os homens ao mundo. E tão mais preocupados, quanto mais questionando o mundo estejam os homens” (FREIRE, 1987, p. 36). Contudo, o projeto prevê “apenas” a alteração de diversos artigos da LDB, no intuito de proibir qualquer temática voltada à luta de classes, raça e sexualidade nas escolas. Neste contexto, os perseguidores de Freire

trazem como uma de suas principais referências, o filósofo português Armindo Moreira, crítico do MEC, que ficou conhecido pelo movimento através de seu livro “Professor não é Educador” do qual afirma que quem educa é a unidade familiar dos sujeitos e não o professor (a), a este, cabe apenas instruir, dando sentido ao que o patrono da educação no Brasil classifica por educação bancária. Para Armindo, o MEC, as secretarias de educação, o professor e a escola não educam, visto que quem educa é a família; os professores devem resumir-se ao conteúdo, ou seja, a disciplina ao qual possuem matrículas, preparando-os para conquistar “o pão de cada dia” através da aquisição do conhecimento depositado (MOREIRA, 2012). O patrono da educação denuncia que “diante de um “universo de temas” em contradição dialética, os homens tomam posições contraditórias; alguns trabalham na manutenção das estruturas e outros, em sua mudança”. (FREIRE, 1980, p.29).

Com a ausência do pluralismo de ideias, do estado laico e da liberdade pedagógica percebe-se a não neutralidade deste projeto, bem como o explícito viés ideológico quando os ativistas deste movimento passaram a definir o que é doutrinação e o que não é; o que pode ser considerado contrário à família e o que não pode; o que deve estar no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o que não deve. Para Ramos “trata-se de tentar imprimir ao currículo escolar sua ideologia a qual, enunciada como neutra é, na verdade, totalmente comprometida com a classe dominante, pois impede que os interesses dos dominados sejam abordados na escola” (2017, p. 81-82). Exemplo disso, foi a atitude em que o movimento Escola sem Partido executou no ano de 2015, chegando a mover uma ação contra o Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (INEP), criticando a norma de que poderia ser incluída a nota zero na redação, caso no decorrer do texto realizado pelo (a) candidato (a) houvesse qualquer manifestação de respeito aos direitos humanos. Não muito distante deste ato, o atual presidente da república se manifestou sobre uma questão do ENEM na prova de português, que fazia menção às travestis, onde este a denominou como “doutrinação desacerbada”. Ainda no mesmo ano uma professora e deputada eleita por Santa Catarina pelo PSL, foi um dos centros da atenção no que se refere à lei da mordaza, visto sua exposição ao incitar em rede social que os alunos filmassem/gravassem os professores; caso praticassem suposta “doutrinação”, disponibilizando de um telefone móvel para a intimidação do magistério onde a Secretaria de Estado da Educação se manifestou contrária à ação da docente, bem como o próprio Ministério Público abriu investigação sobre o caso. Neste viés, Frigotto denuncia que “as teses do Escola sem partido não podem ser entendidas nelas mesmas e nem como algo que afeta apenas a escola e os educadores” visto que “olhar na perceptiva da historicidade dos fatos e fenômenos, vale dizer, das determinações mais profundas e menos visíveis que os constituem, indica-nos que se trata de algo já sedimentado nas relações sociais” (FRIGOTTO, 2017, p. 18).

Já Gadotti, diz que com a lei da mordaza “estamos diante de uma iniciativa que visa retirar da escola seu papel essencial de formar para a democracia, o que demonstra o caráter autoritário deste movimento” (2016, p. 156). Para ele, o objetivo será “evitar que as crianças possam tomar a palavra”. Além da construção de uma “escola de egoísmos, de individualismos, de competitividade insolidária, que são valores do capitalismo selvagem que defendem” (GADOTTI, 2016, p. 156), fazendo com que estes, passem a optar por competir ao invés de compartilhar. A contrariedade sobre estes e demais discursos vem expondo os inúmeros equívocos e intencionalidades que são utilizados pela extrema-direita não intelectualizada, conseguindo se utilizar de uma linguagem populista usada nas redes sociais e fora dela. Estes que se intitulam lutar por uma educação neutra e não político-partidária, nitidamente possuem muitas características em comum, que para além do medo e apreensão a Paulo Freire, são majoritariamente favoráveis à meritocracia, ao liberalismo, bem como à naturalização das desigualdades e violações.

Em contrapartida, os movimentos sociais populares que não acreditavam na propagação e fortalecimento destes movimentos reacionários, agora precisam retornar à unidade na diversidade, para que a classe docente não seja corrompida pelo poder da pedagogia do opressor; exemplo disso – são alguns movimentos de resistências criados como “professores contra o Escola Sem Partido” e a “Frente Nacional contra o Escola Sem Partido”. Aliás, acreditamos que este projeto do Escola sem Partido é ilegítimo já que versa “sobre a ética profissional do professor e não inclui esse professor em nenhum momento, seja ao longo da tramitação ou nas audiências públicas, por isso, ele é ilegítimo” (PENNA, 2017, p.48). Até mesmo, por não ser novidade que “o diálogo proposto pelas elites é vertical, forma o educando-massa, impossibilitando-o de se manifestar. Neste suposto diálogo ao educando cabe apenas escutar e obedecer” já que nesta perspectiva, “para passar da consciência ingênua a crítica, é necessário um longo percurso, no qual o educando rejeita a hospedagem do opressor dentro de si, que faz com que ele se considere ignorante e incapaz” (GADOTTI, 1996, p. 84). Gomes (2017) provoca-nos a pensar em uma Pedagogia da Diversidade que entrelace (raça, gênero, classe, culturas) em aliança com Santos (2006) e Freire (2016a) como uma “pedagogia da emancipação”. Haja vista que “ela tenciona a pedagogia tradicional que ainda ocupa um lugar hegemônico no campo científico, configurando-se em uma pedagogia da regulação” (2017, p. 136). Para a autora, Paulo Freire lembra diuturnamente que “a educação não pode temer o debate e a análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa” (GOMES, 2017, p. 136). Na concepção de que não existe neutralidade epistemológica, bem como de que a reflexão epistemológica não se encontra em vãs especulações; mas estaria atrelada as práticas da educação formal e não formal, Vygotsky lembra que “[...] a natureza do próprio desenvolvimento transforma-se, do biológico no sócio-histórico” (2005, p. 63), ou seja, é evidente que o processo de aprendizado

e conscientização não se dá de forma infusa e/ou depositada, mas sim tem sua gênese na leitura de mundo com que cada sujeito faz e/ou possui no decorrer de sua trajetória através do contexto sociocultural vivenciado. Para Oliveira (2016, p. 121) existe uma necessidade dos “ideólogos do mercado de convencer a humanidade, através de uma pedagogia de massas, de que o modo de vida proposto pela sociedade de mercado é o melhor para o ser humano”.

Enquanto “o capitalismo persevera gerando uma sociedade ego-cêntrica e destruidora, projetando com que a geração do presente e do futuro não possua de conscientização mínima, caindo assim em armadilhas constantes do mundo neoliberal” (AMARAL; PEREIRA, 2018, p. 170), a utopia de Paulo Freire, apenas confirma-nos que a busca pela autonomia, o pertencimento e o apoderamento dos desiguais através da educação nas últimas décadas, está de forma ascendente fazendo com que os oriundos de classe popular, adquiram conscientização sobre o que é seu por direito. A educação quando catártica é repleta de sentido, podendo desempenhar uma mudança nos sujeitos, a ponto de estes visarem à transformação de si, do outro e da sociedade como um todo, perturbando e tirando a tranquilidade da elite do país. Talvez o que esteja em jogo aqui, é o fato de que a educação libertadora proposta por Paulo Freire, não incentive com que educadores e educandos sejam neutros, impulsionando à visibilidade de “uma concepção democrática da educação e com base em experiências concretas de renovação do ensino” (GADOTTI, 2000, p. 47).

### **Lutar e resistir: conclusão final?**

O compromisso com a qualidade do ensino-aprendizagem prestado, a liberdade como valor ético central e o não arbítrio e autoritarismo são condições intocáveis na formação do corpo docente. O direito de cátedra, historicamente conquistado pelos movimentos sociais populares de educadores (as) vem sido constantemente ameaçado. A Escola sem Partido vem dicotomizando a realidade projetada de sala de aula que não é real (professores doutrinadores versus alunos que são considerados manipuláveis e/ou “folhas em branco”). A verdade nua e crua é que ao lutarem contra uma suposta “doutrinação” os defensores da Escola sem Partido pretendem a imposição de uma única visão de mundo: a deles. O projeto denominado ilusoriamente como “escola sem partido” foi derrotado e comemorado pela classe popular e minorias, muito embora a tendência para a homologação e aprovação desta lei de censura e mordaza seja prioritária na atual conjuntura política e ideológica brasileira com o governo do atual presidente eleito. Talvez se estivesse entre nós fisicamente, Paulo Freire não reconheceria seu país, tampouco, acreditaria nos debates em pauta, nas manifestações retrógradas e a ampliação e explanação de tendências fascistas e neoliberais tão latentes. Neste sentido, se a fúria do capitalismo, vem avançado contra as minorias sem piedade com a estratificação social cada

vez mais latente do século XXI, não existe outra possibilidade se não a reação dos oprimidos contra os seus opressores para a preservação de seus direitos e a busca por emancipação. Ao contrário do que a oposição de Freire traz no imaginário positivista, acreditamos que os saberes estão para além dos muros da escola, bem como de que não se pode criticar a reação do oprimido com a violência do opressor. Os privilegiados temem que a diversidade persevere ocupando espaços que sempre lhe foram tão significativos e se assustam com a ideia de uma possível educação “horizontal” e não “vertical”, ou seja; uma educação libertadora desde a rede básica de ensino.

### Referências

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da Cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. 4ª ed., São Paulo: Cortez, 2011.

ALGEBAILLE, Eveline. **Escola sem Partido: o que é, como age, para que serve**. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. 1. ed., Rio de Janeiro: LPP, UERJ, 2017, p. 63-74.

AMARAL, Marcel Jardim; PEREIRA, Vilmar Alves. **A coletividade em tempos temerosos: breve relato da parceria entre o PPGEA/FURG e o COMDESCON**. *Ambiente & Educação: Revista de Educação Ambiental*, Rio Grande, v. 23, n. 2, p. 167-181, (Jul. /Dez. 2018).

AMARAL, Marcel Jardim; PEREIRA, Vilmar Alves; COSTA, Laís Braga. **Impactos da participação popular na IV Conferência da Igualdade Racial em Rio Grande – RS**. *Revista Teias*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 54, p. 463 – 477, (Jul. / Set. 2018).

ANDREOLA, Balduino Antônio. **Dimensões antropológicas e ontológicas da opressão**. In: PEREIRA, Vilmar Alves; DIAS, José Roberto de Lima, ALVARENGA, Bruna Telmo (Orgs.). *Educação Popular e a pedagogia da contramarcha: uma homenagem a Gomercindo Ghigi*. 1. ed., Passo Fundo: Méritos, 2013, p. 121-131.

ARROYO, Miguel Gonzales. **Introdução: os coletivos diversos repolitizam a formação**. In: DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio; LEÃO, Geraldo (Orgs.). *Quando a diversidade interroga a formação docente*. 1. ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 11-36.

ARROYO, Miguel Gonzales. **Ofício de Mestre: imagens e auto-imagens**. 1. ed., Petrópolis: Vozes, 2000.



BEISIEGEL, Celso de Rui. **Educação popular e ensino superior em Paulo Freire**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 44, n. e104010, 2018. p. 1-19, 26 (mar. / 2018).

BETTO, Frei. “**Escola sem Partido?**” In: JUNIOR, Roberto Catelli; ANDRADE, Leila. (Orgs.). A ideologia do movimento escola sem partido: 20 autores desmontam o discurso. 1. ed., São Paulo: Ação Educativa, 2016, p. 65-68.

CARREIRA, Denise. **No chão da escola: conversando com famílias e profissionais da educação sobre o escola sem partido**. In: JUNIOR, Roberto Catelli; ANDRADE, Leila. (Orgs.). A ideologia do movimento escola sem partido: 20 autores desmontam o discurso. 1. ed., São Paulo: Ação Educativa, 2016, p.125-136.

CAPPI, Riccardo. **Mediação e prevenção da violência**. In: VELOSO, Marília Lomanto; AMORIN, Simone; LEONELLI, Vera. **Mediação Popular: uma alternativa para a construção da justiça**. 1 ed., Salvador: JUSPOPULI, 2009, p. 27-35.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Plano Nacional de Educação: o epicentro das políticas de estado para educação brasileira**. 1 ed., Goiânia: Imprensa Universitária, ANPAE, 2017.

FÁVERO, Osmar. **Cultura Popular e educação popular: memória dos anos 60**. 1. ed., Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FREIRE, Ana Maria Araújo. **Paulo Freire: uma história de vida**. 2. ed., São Paulo: Paz e Terra, 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do oprimido**. 23. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016a.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Tolerância**. 5. ed., São Paulo: Paz e Terra, 2016b. FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo. **Cartas a Cristina: reflexões sobre minha vida e minha práxis**. 1. ed., São Paulo: UNESP, 1994.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação**. 3. ed., São Paulo: Moraes, 1980.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo de serpente que ameaçam a sociedade e a educação**.

In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. 1. ed., Rio de Janeiro: LPP, UERJ, 2017, p. 17-34.

GADOTTI, Moacir. **A escola cidadã frente ao “Escola sem Partido”**. In: JUNIOR, Roberto Catelli; ANDRADE, Leila. (Orgs.). *A ideologia do movimento escola sem partido: 20 autores desmontam o discurso*. 1. ed., São Paulo: Ação Educativa, 2016, p. 149-160.

GADOTTI, Moacir. **Reinventando Paulo Freire no século 21**. 1. ed., São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2008.

GADOTTI, Moacir. **Boniteza de um sonho: ensinar-e-aprender com sentido**. 1. ed., Curitiba: Positivo, 2005.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas Atuais da Educação**. 1. ed., Porto Alegre: Artés Médicas Sul, 2000.

GADOTTI, Moacir. **Paulo Freire: uma biobibliográfica**. 1. ed., Brasília: UNESCO, 1996.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. 1. ed., Rio de Janeiro: Petrópolis, Vozes, 2017.

HOOKE, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 2ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 2017.

MATTOS, Amana et al. **Educação e liberdade: apontamentos para um bom combate ao projeto de lei escola sem partido**. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. 1. ed., Rio de Janeiro: LPP, UERJ, 2017, p. 87-104.

OLIVEIRA, Walter Ferreira de. **Fatalismo e conformidade: a pedagogia da opressão**. In: FREIRE, Paulo; FREIRE, Nita; OLIVEIRA, Walter Ferreira de. (Orgs.). *Pedagogia da Solidariedade*. 2. ed., São Paulo: Paz e Terra, 2016, p. 110-132.

PALUDO, Conceição. **Educação Popular em busca de alternativas: uma leitura desde o campo democrático e popular**. 1. ed., Porto Alegre: CAMP, Tomo editorial, 2001.

PENNA, Fernando de Araújo. **O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional**. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. 1. ed., Rio de Janeiro: LPP, UERJ, 2017, p. 35 – 48.

RAMOS, Marise Nogueira. (2017) . **Escola sem Partido: a criminalização do trabalho pedagógico**. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. 1. ed., Rio de Janeiro: LPP, UERJ, 2017, p. 75 – 86.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. 1. ed., São Paulo: Cortez, 2006.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3. ed., Campinas: Autores Associados, 2010.

SOUZA, João Francisco de. **Uma pedagogia da revolução: a contribuição do governo Arraes (1960-64) à reinvenção da educação brasileira**. 1. ed., São Paulo, SP: Cortez, 1987.

VYGOTSKY, Lev Semyonovich. **Pensamento e linguagem**. Tradução de Jefferson Camargo. 3. ed., São Paulo: Martins Fontes, 2005.

WERTHEIN, Jorge. **Educação de Adultos na América Latina**. Campinas/SP: Papirus, 1985.

ZITKOSKI, Jaime José. **Palavras e conceitos da obra de Paulo Freire – Ser mais**. In: STRECK, Danilo R; REDIN, Euclides, ZITKOSKI, Jaime José (Orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

ZITKOSKI, Jaime José. **Paulo Freire e a Educação**. 2. Ed., Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

**Recebido:** 02/11/2020

**Aprovado:** 05/07/2021